



Inocêncio Oliveira, José Lourenço e José Lins voltam a se entender com Nelson Jobim (de bigode), atendendo a apelos de Ulysses

Dois turnos podem ir para o espaço

É o preço da volta do PFL às negociações e vale para as prefeituras

EUGENIO NOVAES

O PFL já voltou atrás em sua decisão de se retirar das negociações, anunciada quarta-feira. Ontem mesmo, por solicitação do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, o líder do partido na Câmara, José Lourenço, se encontrou no início da noite com o líder do PMDB, Nelson Jobim. José Lourenço afirmou que não iria se recusar ao diálogo e diante da perspectiva otimista de entendimento em vários pontos do texto constitucional, o seu partido volta a partir de hoje à mesa de conversações.

"Não iremos concordar com tudo mas existem pontos próximos com o PMDB e há uma disposição e uma possibilidade para a negociação", disse José Lourenço, que não quis adiantar que pontos de convergência existem entre o PFL e a liderança do PMDB. afirmou que só revelaria o teor dos entendimentos após consulta a ser feita a lideranças de outros partidos. Segundo informou, o representante de seu partido nas negociações durante este final de semana será o deputado José Lins (PFL-CE), que deverá manter vários contatos com Nelson Jobim. Lins estará presente à próxima reunião das lideranças previstas para a manhã de segunda-feira. Também está

prevista uma nova reunião entre Ulysses Guimarães, Nelson Jobim, e os deputados pefelistas José Lourenço, José Lins e Inocêncio Oliveira, que seria na segunda-feira à tarde.

DOIS TURNOS

Pouco antes da reunião entre Ulysses, Jobim e os pefelistas, ocorreu um encontro das lideranças para negociar os próximos pontos do texto constitucional. Houve a intenção de grande parte dessas lideranças em introduzir um dispositivo ao capítulo das Disposições Transitórias prevendo que, em caso de aprovação dos dois turnos para eleições no texto constitucional, estes não seriam aplicados ao pleito municipal deste ano. Esta seria uma forma de agradar ao PFL, contrário à adoção dos dois turnos e trazendo o partido de volta às negociações, para evitar que o andamento do processo constitucional ficasse prejudicado. A preocupação de muitas lideranças era de que o afastamento do PFL pudesse arrastar a Constituinte até o final do ano, quando então estariam inviabilizados os dois turnos para a próxima eleição.

O deputado José Lourenço admite que a questão foi colocada durante seu encontro com Jo-

bim, mas nega ter sido este um dos motivos da volta do seu partido à mesa de negociações. "por não ser uma questão fundamental; é uma questão micro e nós estamos tratando de questões macros". Outro assunto colocado durante essa reunião de Lourenço, Jobim e Ulysses foi o problema da indicação do governador do Distrito Federal, que ainda não está resolvido. Este é outro impasse que o PFL tem o maior interesse em solucionar, por pertencer ao partido o senador Alexandre Costa, indicado para o cargo pelo presidente José Sarney. Segundo informou o presidente Ulysses Guimarães, essas questões foram colocadas mas não se chegou a nenhuma decisão, pois apenas aspectos jurídicos foram tratados.

Enquanto José Lourenço afirma que jamais iria recusar um convite de Ulysses Guimarães — o maior responsável pela volta do PFL às negociações —, o deputado Nelson Jobim demonstrava satisfação com a decisão dos pefelistas que, no seu entender, "demonstrou que o José Lourenço tem a visão de que precisamos acelerar o processo constitucional, pois o texto precisa ser aprovado não pela maioria de 280 votos mas pela maioria qualificada".

Ulyssistas articulam a reeleição

Se o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) não for reeleito para a presidência da Câmara dos Deputados, o País poderá viver um caos institucional. Esta é a avaliação dos políticos mais próximos a Ulysses. Eles estão articulando junto ao Governo o apoio à emenda do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), que permite a reeleição dos dirigentes da Câmara e do Senado, a qual vem sendo contestada por vários partidos. Os ulyssistas consideram que, como figura política mais importante do País, o presidente da Câmara não pode voltar ao limbo, pois isto comprometeria o próprio processo de transição. E estão preocupados com o fato, para eles incontestável, de que não há ninguém em condições de substituir Ulysses.

O presidente da Câmara vem mantendo contatos com os parlamentares mais próximos, como Cid Carvalho, Ibsen Pinheiro, Israel Pinheiro Filho e Genivaldo Corrêa, e nas discussões sobre o assunto tem sempre colocado a possibilidade de reeleição como uma questão institucional, e não pessoal. O debate sobre a emenda, segundo um amigo de Ulysses, tem o objetivo de estabelecer a relação "custo-benefício": a reeleição do deputado é importante para o País, já que ele é qualificado como "o fiel da balança", e deve permanecer no cargo num momento em que o País vive uma grave crise. Mas a insistência na proposta de Gibson esbarra em três riscos: o da derrota da emenda no plenário da Constituinte, o da derrota de Ulysses nas eleições para a presidência da Câmara, e o do desgaste que ele poderia sofrer na campanha presidencial, quando seus adversários tentariam acusá-lo de patrocinar o contínuo.

Além destes aspectos, há uma outra dificuldade: assumindo a presidência da Câmara novamente, em fevereiro do ano que vem, Ulysses só poderia permanecer no cargo por quatro meses. Isto porque, como substituto do presidente José Sarney, ele estaria inelegível para a Presidência da República caso ocupasse o Palácio do Planalto, depois de maio.

Contra a possibilidade de reeleição, já se manifestaram os líderes do PFL, José Lourenço, do PDS, Amaral Netto, do PTB, Gastone Righi, do PDT, Brandão Monteiro, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. A esquerda do PMDB vê com extrema desconfiança a perspectiva de Ulysses permanecer na presidência da Câmara, na próxima gestão. Parte expressiva do PSDB admite a reeleição para uma outra legislatura. Os ulyssistas e o líder do PMDB no Senado, Ranan Tito, sabem das dificuldades de obter a aprovação da emenda de Gibson. Mas a proposta recebe a simpatia dos militares, e sua aprovação será tentada a partir do argumento de que não se pode bloquear o recurso de Ulysses ser reeleito para o cargo, se isto for necessário para o País.

De qualquer forma, os amigos de Ulysses entendem que ele só poderá tentar a reeleição se esta for a vontade da maioria expressiva dos deputados — uma esbécie de "convocação universal".

Eleições podem ter novas datas

As lideranças reunidas ontem decidiram aprovar um novo calendário eleitoral para o País, modificando completamente o que está inserido no texto constitucional. Além disso, os líderes partidários chegaram à conclusão de que não há acordo para o dispositivo introduzindo os dois turnos nas eleições e a questão só será decidida no voto.

De acordo com o texto aprovado em primeiro turno, os prefeitos tomam posse a 31 de janeiro e suas eleições ocorrem 90 dias antes, ou seja, a 3 de novembro do ano anterior. Os governadores que tomariam posse a primeiro de janeiro, teriam suas eleições a 15 de novembro, o que corresponde a 45 dias antes. Já o presidente da República, tomaria posse a primeiro de janeiro, com sua eleição ocor-

rendo 120 dias antes, ou seja, a 3 de setembro. Os líderes resolveram que todas as eleições no País se darão a 3 de outubro — uma data histórica (Revolução de 30) já adotada no País no período anterior ao regime militar — e todas as posses serão no dia primeiro de janeiro.

Sobre os dois turnos, apenas um consenso: todos os líderes se comprometeram a rejeitar emenda supressiva que pretendia retirar do texto a ressalva para dois turnos em municípios com mais de 200 mil eleitores. Por essa emenda, todos os municípios brasileiros adotariam os dois turnos. Se houver, de fato, eleição em dois turnos para prefeito, governador e presidente da República, somente o placar eletrônico dirá, pois não houve a menor possibilidade de acordo.

Na reunião de ontem das lideranças, não houve grandes avanços — apenas um compromisso de que a maioria das emendas deverá ser rejeitada, sendo aprovadas, apenas, aquelas de correção que não alterem o mérito dos dispositivos, suprimindo-os. Outro ponto acordado foi no capítulo dos servidores públicos, ao determinarem a volta ao texto aprovado em primeiro turno, alterado em parte na redação dada pelo relator Bernardo Cabral. Ficou acordada a garantia de aposentadoria com vencimentos integrais aos acidentados e proporcional em casos que a lei estabelecer. Dessa forma, o servidor público vítima de acidentes de trabalho, doença grave, contagiosa ou incurável, terá a aposentadoria integral por invalidez.

TSE não deve mudar a cédula

O Tribunal Superior Eleitoral deve divulgar hoje o modelo da cédula oficial de votação para as eleições municipais de 15 de novembro. A previsão é de que sejam repetidos os padrões da cédula utilizada nas eleições de 86, sem uso de cores ou símbolos, embora a legislação os autorize, visando a facilitar o voto do analfabeto.

Os nomes dos candidatos a prefeito vão figurar na ordem determinada por sorteio. Ao lado de cada um, ficará a sigla do partido. O eleitor terá que escrever o nome do candidato a vereador ou seu número. Se

ELEIÇÕES



preferir votar apenas na legenda, terá a sua disposição a

sigla de todos os partidos e respectivos números que concorrem no município em que vai votar.

As instruções sobre a confecção da cédula eleitoral estão inseridas na sexta resolução que o Tribunal aprova sobre o pleito de novembro. A resolução, denominada "Atos Preparatórios para as eleições de 15 de novembro de 1988", dá orientações aos tribunais regionais sobre como proceder em relação ao número de mesas receptoras, locais de votação e material utilizado.

Voto nulo vence pesquisa em BH

ROGERIO PEREZ
Correspondente

Belo Horizonte — As primeiras pesquisas mostram em Belo Horizonte duas intenções de voto para as eleições de 15 de novembro: uma maioria de votos nulos, brancos e muita descrença da população nos políticos e uma disputa acirrada entre os três principais candidatos que poderá levar a um segundo turno se a nova Constituição determinar.

Nas pesquisas do Ibope, Vox Populi e até nas enquetes de empresas de comunicação, três candidatos surgiram nos últimos dias com chances de sucederem o atual prefeito Sérgio Ferrara, do PMDB. São eles o deputado federal Pimenta da Veiga, ex-PMDB e agora no PSDB; o deputado federal Virgílio Guimarães, do Partido dos Trabalhadores; e o deputado federal e vice-prefeito Alvaro Antonio, do PMDB, escolhido na convenção do partido de situação.

Todas as pesquisas foram feitas quando a população ainda estava pouco informada sobre quais seriam os candidatos e qual a sigla de cada um. Apenas o candidato do PT, Virgílio Guimarães, que foi derrotado nas últimas eleições já estava em campanha para valer quando houve a consulta de opinião pública.

Mesmo assim, os partidos e analistas consideram que os três candidatos realmente são os que têm maiores possibilidades de empolgar o eleitorado. Há mais nove candidatos dos diversos partidos entre eles o ex-ministro Anibal Teixeira, abrigado pelo Partido Municipalista Brasileiro, e o deputado federal José Elias Murad, do PTB, que são os que podem crescer com o acirramento da campanha, mas a indicação é o prefeito de Belo Horizonte sair do trio que arrancou na frente nas pesquisas.

Se a previsão pode ser confirmada, dificilmente um apostador poderia agora dizer qual

dos três será o vencedor em Belo Horizonte. Pimenta da Veiga tem carisma e é o candidato preferido do eleitorado feminino e da chamada classe média, vem liderando todas as pesquisas de rua feitas por estações de rádio e TV. Virgílio Guimarães também tem boa votação entre as mulheres e junto aos estudantes e trabalhadores e Alvaro Antonio conta como certa sua força em redutos definidos como o Barreiro, um bairro da cidade industrial de Belo Horizonte, onde ele normalmente é imbatível.

Só que se Pimenta e Virgílio podem até crescer, na hora em que o PMDB colocar todo seu poder de pressão e prestígio nas ruas, Alvaro Antonio deverá reagir. Ele terá o seu eleitorado cativo e mais o apoio de Newton Cardoso e do prefeito Sérgio Ferrara, o que poderá reverter a situação pelo menos na preferência, já que nos bairros de classe média e entre o funcionalismo há muita rejeição a Newton Cardoso.